

Excesso e Defeitos da Diversidade

Joana Amado

Não é só a batalha legal que opôs Al Gore e George W. Bush que é um labirinto de complicados procedimentos. O modo como os americanos votam não só é igualmente complicado, como é ainda mais confuso. Não há um sistema mas sim vários, resultado de um excesso de descentralização.

O facto das eleições presidenciais norte-americanas deste ano terem ficado presas por umas poucas centenas de votos num único estado (a Florida) trouxe à luz do dia vários problemas de um sistema eleitoral que é uma manta de retalhos tão fragmentada e arbitrária que muitos especialistas se espantam com o facto de ter sobrevivido até agora.

Senão veja-se. A forma como se realiza um acto eleitoral nos EUA é decidida por 50 estados e 3.066 condados. Cada cabeça sua sentença, ou seja, cada condado decide que boletim utilizar, que votos são ou não válidos, a que horas as urnas de voto devem abrir e fechar. Tudo isto sujeito a uma lei eleitoral estadual que é diferente na Florida, no Texas ou no Oregon.

Existem espalhados pelo país 27 fabricantes de sistemas de votação diferentes que vão do simples boletim de papel onde o eleitor faz uma cruz no quadrado à frente do nome do candidato que escolheu, até ao sistema da internet, onde o eleitor toca num ecrã de computador ou prime um botão ficando o seu voto automaticamente registado num sistema informático. Pelo meio há ainda dois sistemas em que os boletins são furados, e um outro de leitura óptica dos boletins, em o eleitor sombreia o rectângulo, círculo ou a seta correspondente ao seu candidato.

Depois, e porque o país é grande como um continente, o local onde um eleitor vive determina o modo como vota. As urnas podem fechar às seis ou às oito, podem existir muitas cabines de voto ou quase nenhuma, pode haver um único funcionário eleitoral ou dezenas deles. Os boletins podem ser claros ou confusos e, claro, graças ao sistema do Colégio Eleitoral, um voto pode contar muito ou não contar nada – prova disso foi o facto de enquanto a Florida fazia as suas recontagens sob o olhar atento do mundo inteiro, o Oregon também ter estado a contar os seus votos e ninguém ter dado por nada, porque o número de grandes eleitores que elege não era suficiente para dar a vitória a Gore ou a Bush.

Existem poucos sectores nos Estados Unidos tão descentralizados como a administração eleitoral e se, nalguns casos, o processo decorre com eficiência e rigor, noutros isso não acontece porque não existem nem meios nem fundos suficientes para se fazer um bom trabalho. Durante as semanas de batalhas judiciais e políticas entre as campanhas de Al Gore e George W. Bush, vários analistas sublinharam não só a necessidade de estudar futuras formas de uniformização do sistema – se não a nível federal, pelo menos ao nível de cada estado – como também a urgência da disponibilização de mais fundos públicos para a realização dos actos eleitorais.

Se em Palm Beach o confuso boletim “borboleta” levou muitas pessoas ao engano, em Detroit, por exemplo, os eleitores depararam-se com longas filas e uma espera de três horas para poderem votar, o que levou a muitas desistências – até porque

os Estados Unidos continuam a realizar as suas eleições presidenciais à terça-feira, um dia normal de trabalho para toda a gente que não se pode dar ao luxo de passar três horas numa fila para votar. Em vários estados, pessoas que se tinham registado ainda dentro do prazo não encontraram os seus nomes nas listas eleitorais. De novo na Florida, muitos afro-americanos queixaram-se que os funcionários eleitorais lhes tinham pedido dois documentos de identificação, um pedido que não era feito aos eleitores brancos. Registaram-se também vários casos de mesas de voto que encerraram a meio do dia porque tinham esgotado os seus boletins. E, numa remota terreola do Michigan, a presença de um ameaçador urso à porta da única secção de voto da localidade impediu o acesso dos eleitores às urnas durante quase toda a manhã – o assunto só ficou resolvido depois da polícia abater o animal.

Truques, erros, contratempos, circunstâncias adversas e fraudes sempre existiram desde que os Estados Unidos são um país. Como também sempre existiu o Colégio Eleitoral, com os seus defeitos e as suas virtudes. Geralmente nem os primeiros nem o último são denunciados ou questionados, mas este ano convergiram todos para criar o caos – recontagens, batalhas legais e a possibilidade de o novo Presidente dos Estados Unidos não ter sido o candidato que recebeu mais votos.

Ao longo das últimas semanas ouviram-se muitas vozes a discordar com um sistema que dizem ser injusto. Um sistema que permite que pequenos partidos possam decidir uma eleição e que dá a vitória a um candidato sem que ele tenha mais de 50 por cento dos votos. Vários analistas sugeriram que a eleição do Presidente passasse a ser decidida por votos de escolha múltipla, dando a possibilidade aos eleitores de assinalarem uma primeira, uma segunda e uma terceira escolha. Assim, se nenhum candidato conseguir uma maioria apenas com as primeiras escolhas, contabilizam-se a seguir as segundas e, se for caso disso, as terceiras.

Um sistema deste género teria permitido aos eleitores que votaram no candidato dos Verdes, Ralph Nader, fazerem a sua primeira escolha em consciência e darem o seu voto útil a Al Gore na segunda. Possivelmente, se assim fosse, Gore tinha vencido na Florida. Mas também possivelmente não teria sido eleito para a vice-presidência em 1992, porque as segundas escolhas daqueles que votaram primeiro em Ross Perot teriam sido suficientes para eleger George Bush (o pai) em vez de Bill Clinton.

A virtude deste sistema, dizem aqueles que o defendem, é que pode ser adoptado sem que para isso seja necessário acabar com o Colégio Eleitoral. A ideia seria tornar as eleições mais justas sem pôr em causa uma das sacrossantas instituições criadas pelos pais fundadores da nação. Porque, se é verdade que muitos norte-americanos gritaram bem alto “morte ao Colégio Eleitoral”, logo a seguir admitiram baixinho que essa tarefa é quase uma missão impossível – dificilmente se conseguirá o consenso de todos os estados, indispensável para alterar o sistema.